

Um conflito de difícil solução

SEARA

A "novela" envolvendo a área do Toldo do Pinhal, a desocupação por parte dos agricultores e a retomada da posse pelos índios está longe de terminar. O mais recente capítulo foi a estada durante três dias em Brasília de três líderes indígenas e do executor do Inbra, Euclides Basso, que tentaram junto à Funai e ao Inbra uma solução para o problema agrário de Seara. Muitos encontros, exaustivas reuniões e até o momento nenhuma das partes anunciou uma definição em relação ao caso. Hoje, o Conselho Indigenista Missionário (Cimi) vai cobrar uma posição oficial do Instituto de Reforma Agrária sobre a viagem à Capital Federal e às terras que o órgão diz ter à disposição em Abelardo Luz, no Oeste do Estado, para transferir os colonos e promover a automática devolução dos 894 hectares do toldo aos índios.

Ontem, às 5h da manhã, chegaram em Chapecó, João Gonçalves Myn, cacique do Toldo do Pinhal, Augusto da Silva, de Irai (RS) e Valmor de Paula, de Palmas (PR), os três representantes da Articulação dos Povos e Organizações Indígenas do Sul (Apois) que estiveram com Basso em Brasília. Cansados de uma viagem de ônibus de quase dois dias de duração, os índios não demonstraram muito otimismo com o resultado das tratativas. "Por nós, os índios nem deveriam ter ido a Brasília", explicou Alerto Capucci, do Cimi, entidade que assiste os índios.

TEMPO - Para Capucci, o Inbra está apenas "ganhando tempo" ao marcar encontros com líderes indígenas. Quando os índios tomaram como reféns dois servidores da Funai e dois do Inbra ficou acertado que até 27 de novembro a situação do Toldo do Pinhal deveria estar resolvida. Passados 41 dias da soltura dos reféns - 11 dias a mais do que o tempo estabelecido entre as partes - o fim do problema parece distante à medida que apenas 15 dos 38 proprietários acertaram com a Funai a indenização das



IRINEU DALLA VALLE/DC/Out 96

IMPASSE: Saída dos agricultores da área indígena de Toldo do Pinhal, em Seara, ainda está longe de acontecer benfeitorias e mesmo assim ser receber uma nova terra para serem reassentados. "O que está acontecendo é que a Funai acerta as indenizações, mas o Inbra não dispõe de terras", alerta Capucci.

Outro problema levantado pelo Cimi é quanto a divulgação por parte do Inbra das terras que diz ter à disposição em Abelardo Luz. "O Inbra diz que não quer anunciar nada, temendo uma ocupação do MST, mas isso pode ser uma forma de ir retardando a solução", raciocina Capucci. O executor do Inbra, Euclides Basso, não foi encontrado ontem para falar sobre o assunto.